

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MARIA GORETE PEREIRA CAMBOIM**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO EDUCAÇÃO INFANTIL:  
Contribuições para a Profissionalização Docente**

**JOÃO PESSOA- PB**

**JUNHO 2017**

MARIA GORETE PEREIRA CAMBOIM

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
Contribuições para a Profissionalização Docente**

TCC- trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso Licenciatura em Pedagogia do centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título em pedagogia.

Professora orientadora doutora: Nádia Jane de Sousa

JOÃO PESSOA- PB

JUNHO 2017

Camboim, Maria Gorete Pereira

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
Contribuições para a Profissionalização Docente - / Maria Gorete Pereira  
Camboim – João Pessoa, 2017.

56f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de  
Educação , 2017.

Orientador: Prof. Dra. Nádia Jane de Sousa

1.Educação Infantil . 2. Políticas Educacionais. 3. Prática Educativas  
I. Gorete, Nádia Jane. II.Título.

BSCE/UFPB

CDU –

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

Titulo do trabalho: POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: Contribuições para a Profissionalização Docente

Autora: MARIA GORETE PEREIRA CAMBOIM

**Defesa em: 05/ 06/ 2017**

**Banca Examinadora**

---

**Orientadora: Profa. Dr. Nádia Jane de Sousa**

---

**Elzanir dos Santos**

**Examinadora**

---

**Marlene Helena de Oliveira França**

**Examinadora**

Dedico esse trabalho ao meu filho Juan Victor.

Ao meu companheiro Robson Santos e toda minha família que torceu por mim em todos os momentos dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela sua soberania por tudo o que fez acontecer na minha vida.

À Dra. e professora Nádia Jane de Sousa, que me orientou na elaboração deste trabalho, para o processo de construção quando o mesmo ainda se tratava da ideia.

A todos os professores que também contribuíram de maneira direta com conteúdos significativos ao longo do curso nos momentos da mediação de minha aprendizagem.

As professoras em especial Socorro Queiroga, Ana Paula Romão, que em momentos de angústias me incentivaram com uma palavra amiga.

A professora Suelídia, Edilene Araújo, professor Rondon, professora Edna Brenand, os quais nos momentos mais imprescindíveis me fizeram acreditar que a justiça é possível de ser feita. A professora Marlene Helena, pelo grande apoio e pela oportunidade de apresentar esse trabalho no VIII Seminário Temático do curso de pedagogia da UFPB. Aos poucos amigos que fiz, na sala de aula, uma delas Joselucia Rodrigues que me fez vivenciar coisas simples me proporcionando alegria.

A professora Rosy Araújo, que me deu oportunidade para estudar na área de pesquisa, contribuindo dessa forma com algo que me identifiquei durante o processo de constituição desse trabalho me dando um foco para o amadurecimento dessa temática.

**“Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.**

**Paulo Freire.**

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>3. DOCUMENTOS E DIRETRIZES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
3.1 Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (1998) .....	21
3.2 Currículo Escolar para a educação infantil com base no RCNEI.....	24
3.3 Parâmetros Nacionais De Qualidade da Educação Infantil.....	26
3.4 A Formação para a Docência com bases no PQNEI.....	32
3.5 Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil .....	33
<b>4. PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE... ..</b>	<b>37</b>
4.1 Tornando-se Professor um Desafio Permanente e Desafiador .....	42
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>6.REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

Camboim, Maria Gorete Pereira. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Contribuições para a Profissionalização Docente.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2017.

## **RESUMO**

O presente trabalho versa acerca de um estudo sobre os documentos que direcionam as políticas educacionais para a Educação Infantil e como as práticas pedagógicas para o profissional docente, que ao longo de muito tempo era dispersa no Brasil, foram organizadas e construídas para essa referida etapa. Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho foi de analisar como os documentos que regem a Educação Infantil no Brasil, especificamente o RCNEI, o PQNEI e a DCNEI, propõem como o profissional docente deve atuar na profissão, seguindo as proposta pedagógicas para a promoção do ensino para a Educação Infantil. Os contextos ora enfatizados se baseiam na direção das competências para o ensino, que recebe orientações das políticas educacionais nacionais e locais implementadas pelos entes competentes com regime de colaboração do Distrito Federal, Estados e Municípios instruídas através dos documentos que direcionam de maneira estruturada, focalizando como deve a educação básica ser considerada. Para a reflexão desse estudo, utilizou-se como recurso metodológico o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998), como guia e reflexão de cunho educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI. BRASIL, 2006) e as Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Infantil (DCNEI, 2012). Em consonância com os respectivos documentos, para contribuir com o desenvolvimento e um melhor desdobramento dessa temática buscou-se auxílio bibliográfico, fundamentado na reflexão de alguns autores, dentre eles Perrenoud (2000), em site de repositórios virtuais, e artigos. Dessa forma, esse estudo proporcionou a visão de uma conjuntura no cenário da política educacional infantil na atualidade e uma descrição caracterizando a prática do profissional docente em função de um sistema educativo voltado para os anos iniciais da Educação Infantil. Esse trabalho foi relevante pois, remete a uma reflexão de que educar é um ato de amor e compromisso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Políticas Educacionais. Prática Educativa.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa a cerca de um estudo sobre os documentos que regem as políticas educacionais para a Educação Infantil no Brasil, especificamente o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade de Educação infantil, e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, tendo em vista que apresentam propostas que contribuem para a prática do profissional docente para atuar na fase inicial da vida escolar da criança.

A Educação Infantil refere-se à primeira etapa da Educação Básica, que tem por finalidade contemplar as crianças de até 5 (cinco) anos de idade, para o seu desenvolvimento integral, considerando em seus aspectos o físico-motor, psicológico, cognitivo, dentre outros. Com base nesses eixos todas as ações propostas para o processo de desenvolvimento das crianças, no contexto da aprendizagem, devem, no entanto ser realizadas em parceria, com a instituição de ensino, assim como, a família, a comunidade e o profissional docente.

Atualmente o ensino-aprendizagem para o desenvolvimento da criança mudou, e dessa maneira contrapõe uma visão do passado. Antes, baseada em uma concepção assistencialista, aonde as crianças iam para a escola para serem cuidadas e disciplinadas por pessoas adultas que tinham como única preocupação o cuidar e educar<sup>1</sup>, muito embora esse binômio estivesse nas suas ações interligadas, ambas se complementava.

Inegavelmente de certo modo existiu toda uma revolução na estrutura do processo educativo, sobretudo como se pensar a educação para um nível de ensino que se adequasse as novas contemplações no sentido de entender que “educar vai além do cuidar.” Para ilustrar esse entendimento podemos exemplificar o papel do profissional docente que inquestionavelmente teve que se adequar as novas normas educacionais vigentes. Aliás, reinventar sua prática educativa foi um propósito pedagogicamente desafiador.

---

<sup>1</sup> Educar significa, portanto propiciar situações e cuidados, brincadeira e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RECNEI, 1998. p.24).

Os requisitos inclusos ao que propõe o processo educativo, tratando-se da Educação infantil, que vem sendo proposto, requer por parte do professor um exercício, antes de tudo, uma formação inicial e continuada.

A escolha desse tema surgiu a partir de um estágio prático obrigatório vivenciado pela autora para o componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Infantil, do curso de pedagogia da UFPB. Durante a experiência de campo feita a partir do estágio da disciplina, foi possível observar as lacunas no trabalho pedagógico da professora, numa classe com 17 alunos com faixa etária de três anos de idade, em que na sala de aula adotava-se uma metodologia sob o mesmo ponto de vista que se aplicava no passado, uma visão assistencialista. Um padrão de comportamento mecanizado com horário para tomar banho, dormir, tomar café e quando existia esses momentos, não era compartilhados com a interação das crianças de outras salas de aula, que estudavam da instituição. Por diversas ocasiões a professora estava sem norte em relação as atividades que poderia ser desenvolvidas na classe e as que aplicava tinha muito de improvisos. Os alunos ficavam na maioria do tempo ociosos, e de fato o cuidado que existia com eles, era de uma educação infantil que não deveria mais existir. Talvez pelo fato de pensar a educação infantil na sensação de ver apenas como base, desse modo adiava as ações pedagógicas para futuras etapas.

Diante dessa problemática e havendo contradição do que se tinha visto na prática em relação a teoria estudada na disciplina de Estágio Supervisionado, dentre alguns assuntos os eixos norteadores para o ensino da educação infantil, então veio meus questionamentos o que tem sido feito e o que se tem colocado para as professoras que ensina na EI, atuar em sua prática pedagógica. Nesse sentido esse tema foi suscitado e surgiu o interesse de buscar responder a seguinte questão: Como os documentos decorrentes das políticas públicas educacionais existentes atualmente, e que garantem os direitos para uma educação de qualidade, instiga o docente para atuar na prática pedagógica cotidianamente?

O objetivo geral desse trabalho foi de analisar como os documentos que regem a Educação Infantil no Brasil, especificamente o RCNEI, o PQNEI e a DCNEI, propõem para o profissional docente como ele deve atuar na profissão, seguindo as proposta pedagógicas para a promoção do ensino para a Educação Infantil.

Com o propósito de dar conta do objetivo geral elegeu-se os seguintes objetivos específicos: Traçar um percurso das Políticas Educacionais para a Educação Infantil no Brasil; Discutir o papel do professor da Educação Infantil; analisar como se dá o processo de tornar-se professor na Educação Infantil, a partir dos documentos que rege as diretrizes apresentadas para esse nível de ensino.

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho pautou-se na análise documental de cunho qualitativo em torno de três documentos oficiais como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) que trata das políticas das instituições de ensino. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI, BRASIL, 2006), que vai estabelecer uma qualidade nos serviços da educação infantil. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2012), que tem caráter mandatório e de observação sobre as propostas educacionais pedagógicas.

Paralelo aos documentos acima citados, visando uma ampliação do contexto em relação a prática do professor, buscou-se dialogar com outras literaturas, dentre elas autor como Perrenoud (2000), que busca traçar um percurso sobre a prática reflexiva do professor. Em linhas gerais foi considerado nesse trabalho uma análise feita partindo de cinco categorias de análise a priori, e cinco subcategorias que se desdobram e se aprofundam das categorias definidas a priori. As categorias tiveram seus conteúdos conceituados e contextualizados na parte teórica e as subcategorias explicaram de maneira mais específicas o contexto das particularidades das sub temáticas relacionado aos temas propostos.

As seguintes categorias desse trabalho foram estruturadas da seguinte forma: A primeira trata-se deste texto introdutório. A segunda procura esboçar um quadro sobre uma Breve Contextualização Da Educação Infantil No Brasil, focalizando um pouco da trajetória histórica e contextualizando algumas interfaces na educação infantil dentro de uma visão compensatória até chegar a uma concepção educativa.

A terceira parte aborda a temática sobre os Documentos e Diretrizes no Âmbito da Educação Infantil, seguida da descrição de algumas subcategorias definidas como: Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil; Currículo Escolar para a educação; Parâmetros Nacionais De Qualidade Docência na

Educação Infantil com bases nos PNQEI Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil, presente tema escrito sobre a EI.

E, por fim, mas não menos importante, o último capítulo que teve com tema relacionado sobre a Profissionalização Docente com ênfase no sub tópico: Tornando-se Professor um Desafio Permanente e desafiador.

No decorrer desse trabalho, durante a realização e construção das informações buscadas, as indagações da pesquisadora foram indicadores fundamentais para entender sobre o caráter implementador das políticas públicas para a configuração da educação Infantil. É dever dos educadores debater sobre os atuais temas para o ensino, e utilizá-los da melhor forma possível como norte para uma atuação profissional e uma educação visando à qualidade.

## 2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Durante um bom período da história da Educação Infantil brasileira, não houve nenhuma instituição responsável, para atender as crianças que necessitavam de um lugar para terem acesso a um espaço educativo. Na década de 70 precisamente com as mudanças advindas das transformações políticas e do mercado de trabalho a educação infantil surge praticamente como uma medida recomendada e imposta para atender uma necessidade pela à relação da mulher com o trabalho, pelo fato de não terem com quem deixar seus filhos, surge uma preocupação nesse sentido. Até então, pouco se fazia no Brasil pela infância<sup>2</sup>., tanto do ponto de vista da proteção jurídica quanto do atendimento de alternativas existentes como a educação escolar.

A história das Instituições de assistência a infância , é marcada pela “A Roda dos Expostos<sup>3</sup>” que foi um mecanismo utilizado para receber crianças abandonadas. Nesse espaço atendia-se a bebês abandonados pelas mães solteiras que engravidam que em decorrência do preconceito e a opressão e discriminação da sociedade largavam seus filhos, servia também para apoiar famílias de condições precárias.

De acordo com Kuhlmann (1998, p.77), a história das instituições de educação infantil parte de varias vertentes, demonstram uma estreita relação com questões que se referem a história da infância, como a situação das famílias, da sociedade, do trabalho, entre outras dimensões. Muitos estudos, destinados à história da educação infantil nos mostram a amplitude dessas concepções,

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens.

---

<sup>2</sup> Não existe um modelo padrão de infância, depende da forma de organização da classe social em que a criança está inserida.

<sup>3</sup> roda dos expostos, que teve origem na Itália durante a Idade Média, aparece a partir do trabalho de uma Irmandade de Caridade e da preocupação com o grande número de bebês encontrados mortos. Tal Irmandade organizou em um hospital em Roma um sistema de proteção à criança exposta ou abandonada. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_roda\\_dos\\_expostos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm). acesso em 20 de abril de 2017.

É fato que o primeiro olhar estabelecido pela sociedade para as instituições de assistência a infância era lugar de apoio e de proteção, que atendia apenas crianças carentes, pobres, estava ligada uma visão preconceituosa e tinha uma concepção assistencialista voltada para o cuidar da saúde, higiene do corpo e da alimentação.

Ainda segundo Kuhlmann (1998, p.77):

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

No Brasil com o processo de intensas mudanças que se iniciou como já foi citada por volta da década de 1970 em relação ao processo de industrialização, constatou-se que as mulheres começaram a fazer parte do mercado de trabalho, e com isso não tinha com quem deixar seus filhos e nem um local adequado, como suporte ou apoio para as crianças ficarem em segurança. Porém como necessitavam de trabalho para condição de sobrevivência muitas crianças eram deixadas com seus familiares.

A necessidade por pré-escolas se deu então a partir desse contexto. A educação infantil começou a ser mensurada e nutrida, atrelada a um discurso obrigatório que vinha sendo implantado em vários países do mundo, inclusive ao Brasil. O discurso enfatizado era a importância da educação para o desenvolvimento social.

De acordo com Kuhlmann esclarece que :

A recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com frequência nos congressos que abordaram a assistência à infância. Era uma medida defendida no quadro da necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino. (KUHLMANN, 1998, p. 82)

De acordo com essa realidade *a priori*, logo depois que se inicia a valorização e participação do trabalho feminino, surge à primeira creche pública em 1971, com a

promulgação da Lei n. 1044<sup>4</sup> instituidora das creches no território nacional. Essas instituições surgem como reflexos das grandes transformações existentes na política, na vida da população e com clima e entusiasmo social trazendo uma visão otimista da infância. O trabalho com as crianças pontuou-se apenas, como já foi citado acima com caráter assistencialista, de improviso, restrita a cuidados básicos e como meio de subsidiar as crianças pobres.

A visão assistencialista durou muito tempo para ser desvencilhada desse seguimento assistencial. O atendimento para essas crianças em geral era feito apenas por profissionais sem nenhuma qualificação pedagógica. Com a nova proposta voltada para a educação infantil, e as políticas implementadas na época, no momento da busca insistente por esse espaço de inclusão escolar, o Ministério da educação em 1975, criou a coordenação de educação pré-escolar paralelo às políticas públicas. Essa instituição tinha como meta atender somente crianças na faixa etária de 4 a 6 anos.

Posterior a esse período precisamente em 1977, em virtude da criação de novas instituições que foram criadas independentes e com o intuito de atender crianças de 0 a 6 anos de idade, em consequência a essa proposta e com o objetivo de coordenar essas novas instituições foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, em consonância com a Lei Brasileira de Assistência (LBA), para acompanhar o serviço desses novos espaços educativos denominadas de instituições comunitárias, ora mantidas por associações de bairros inclusive cooperativas de professores; As escolas confessionais mantidas por pessoas físicas ou jurídicas instituições religiosas ou de ideologias específicas; e as filantrópicas que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas e visam atender a comunidade carente, sem fins lucrativos.

O marco de fato que legitimou a educação infantil no Brasil como dever do estado e direito do cidadão foi com a constituição Federal brasileira de 1988. A partir desse momento a Educação Infantil passou a ser organizada e baseada em planejamentos, legislação e políticas sociais. O acesso de direito e de fato para a criança está em sala de aula fica definido que essa etapa se iniciaria com a criança

---

<sup>4</sup> Lei n.º 1044, de 6.12.1971: "Plano quinquenal para a instituição de creches comunitárias com a colaboração do estado".

de 0 a 6 anos. Essa ideia ainda estava concebida, como amparo e assistência, na óptica de uma perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais e em defesa dos direitos das crianças.

Reconhecendo esse ser pequeno com direito e acesso a educação infantil em creches e pré-escolas que de acordo com leis anteriores a criança não era vista como sujeito, mas tutela do estado. Posteriormente a esse assunto serão tratados temas que trarão maior clareza para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Na perspectiva de Kramer (1992), até a década de 1950, as poucas creches que existiam, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física. Havia pouca valorização do trabalho orientado quanto a uma à educação voltada para o desenvolvimento intelectual e cognitivo das crianças.

A luta por uma educação Infantil de fato de qualidade e de direito ganhou força conforme a autora, depois que houve um fracasso das políticas educacionais havia nesse período uma situação na precarização do ensino oriunda da deficiência cultural e, portanto surgem novas questões com alternativas no sentido de atender esses educandos que :

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar. (p.799)

Como proposta das políticas públicas governamentais os véis abertos a fim de corrigir a desvantagem da deficiência na pré-escola, origina-se a visão compensatória (KRAMER, 1982, pp 54-62). A Educação Compensatória possibilita uma suposta democratização do ensino, é uma prática que emerge com tendência a compensar as deficiências culturais e carências nutricionais da criança, desde a primeira etapa da educação básica. Esse atendimento propunha redimir e suprir as condições precárias, do educando onde a pratica educativas implementadas não

possuem uma abordagem homogênea, o objetivo dela se define a partir da variante que se que alcançar.

Ao falar da visão compensatória e da pré-escola Kramer em sua concepção, enfoca sua constituição baseada na gênese de uma educação na perspectiva das necessidades de assistenciais. Idade não só de assistência médica e dentária, mas também de estimulação cognitiva para que as deficiências das crianças fossem compensadas. (KRAMER, 1982.P. 55).

Quanto às bases das políticas compensatórias, a autora reflete esse contexto com um olhar crítico em que suas diretrizes mecanizavam os processos educativos, e excluía a origem cultural da criança, não favorecendo outras formas de desenvolvimentos do processo educativo da criança.

Mesmo com uma visão compensatória e o seguimento da construção do processo educativo, a educação começou a alcançar um significado social de maior relevância. As políticas sociais voltadas para o ensino são reconhecidas, as instituições começam a ser reconhecidas, há um aumento da responsabilidade na educação. Houve uma expansão na legislação do ensino, com a Lei 5692/71. No entanto mesmo trazendo mudanças para a educação básica de ensino em nível nacional essa Lei, não definiu nenhum termo para designar a educação da criança na faixa etária anterior, aos sete anos de idade:

Art. 19- Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância e instituições equivalentes.

Essa lei representou para a Educação Infantil, o primeiro marco que normatiza a pré-escola diante das ações do poder público. A partir daí, a educação infantil passou a ser nas creches e pré-escolas, um dever do Estado e um “direito da criança.”

A educação infantil só passou a ser valorizada , quando a sociedade despertou enquanto valorização da infância, durante muito tempo perdurou a ideia embrionária da criança ser vista como um papel em branco, quanto ao processo de

ensino-aprendizagem sua essência não era considerada como requisito para o desenvolvimento integral. Logo que surge esse olhar, e a importância da criança na sua singularidade, a educação passa a ser encarada e discutida por educadores com o papel de elaborar o ensino, a partir de novas propostas pedagógicas, visando a especificidade numa conjuntura com direitos e deveres para sua educação.

Para Moysés Kuhlmann (2007 p.1)) a educação infantil deve ser valorizada, e educar não é uma tarefa fácil, esclarece o autor que,

A educação da criança pequena também deve ser pensada na perspectiva de seu direito a brincar, ao jogo, no sentido de proporcionar um desenvolvimento integral e não simplesmente da inteligência.

Seguindo de certa forma uma visão de parâmetros mundiais, a educação infantil veio sendo ressignificada ao longo dos tempos, no campo das teorias e dos temas contemporâneos sobre o desenvolvimento educacional, o meio social influencia fundamentalmente no aprendizado da criança.

Nesse contexto descreve Vygotsky:

O aprendizado das crianças começa muito antes delas frequentarem a escola. “Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta têm sempre uma história prévia”. (VYGOTSKY, 1991, P. 94)

Vygotsky, vai além, pois ao falar das necessidades da criança, diz que ela “precisa se socializar e interagir, no meio em que vive, pois será a partir desta interação que a mesma irá desenvolver suas capacidades e habilidades. A aprendizagem e a educação escolar precisam caminhar juntas de forma que uma irá dar respaldo à outra neste processo de evolução do educando.” O autor contribuiu de maneira impactante para a pedagogia da educação. Apesar de subentender a visão democrática do ensino ressaltando à visão cultural, o processo identitário da criança, no entanto a autonomia da criança ainda era considerada.

Contudo, as formas de ver as crianças vêm, aos poucos, se modificando, e atualmente emerge uma nova concepção de criança como criatura e criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações. Reconhecida como cidadã de direitos, um ser sócio histórico, produtor de cultura e nela inserida.

Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental.

Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças: a função de educar e cuidar. Como aspectos indissociáveis, tendo em vista suas necessidades determinadas pela especificidade da faixa etária, superando a visão adulto Centrica em que a criança é concebida apenas como um vir a ser e, portanto, necessita ser, preparada para a vida. Assim fica definida a Política Nacional de Qualidade Educação Infantil pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação. (BRASIL, 2006, p.8)

Refletindo sobre tais considerações é de fundamental importância que os profissionais que atuam na educação infantil de modo direto, quanto à formação profissional deve ter conhecimento sobre a constituição da infância.

### 3. DOCUMENTOS E DIRETRIZES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Assim como já foi citado o marco que rompeu e legalizou a educação infantil no Brasil foi a Constituição Federal Brasileira De 1988, ao ser promulgada a lei educação infantil de acordo com a perspectiva constitucional, no título VIII, Da Ordem Social Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I - Da Educação determina que,

Art. 205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208º O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Art. 211º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Em consonância com a C/F 88, “em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº/9. 394/96), contribuindo de forma decisiva para a instalação no país de uma concepção de Educação Infantil vinculada e articulada ao sistema educacional como um todo (PQNEI, 2006, p.32).” A LDB, também pela primeira vez, na história reconhece por essa mesma direção a educação infantil de 0 a 6 anos de idade como dever do Estado. As creches e pré-escolas deverão fazer parte da educação básica.

A LDB em seu artigo 29 ao tratar da Educação Infantil, reconhece que a educação infantil é a etapa inicial da educação básica. Diante desse reconhecimento, a criança passa a ser vista como um sujeito ativo do processo, considerada na sua essência, um ser capaz, e ativo, valorizada no processo de ensino-aprendizagem. A criança é considerada um ser com identidade própria, como um cidadão de direitos.

Na Seção II, do capítulo II que rege a educação infantil a LDB em seus artigos 29 e 30, esclarece que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (NR) Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Esse dois artigos asseguram um direito ampliado alegando de forma clara sobre a finalidade do desenvolvimento da criança na primeira etapa da educação básica, tendo em vista determinados aspectos. Quanto a matrícula cabe ao estado garantir o acesso a educação que atualmente deve ser oferecida de acordo com a obrigação da revogação da nova lei institucionalizada considerando a nova etapa ora citada, e ao mesmo tempo a antecipando a entrada da criança mais cedo no ensino fundamental.

No âmbito das políticas públicas, competências legais para o ensino da educação infantil se organiza e articulam-se com o Plano Nacional de Educação, (PNE) seguindo entre si, princípios e leis em regime de colaboração com a União distrito federal, estados e municípios. O plano traça os planos, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias na área da educação Infantil, contribuindo de maneira construtiva e democrática, para as instituições dentre os preceitos legais, assistindo crianças, subsidiando ações para o bom funcionamento e o aprimoramento da educação.

A finalidade dessa política é direcionar esforços e investimentos para uma melhor qualidade da educação, determinando que Estados e Municípios devem elaborar seus planejamentos fundamentado, no alcance dos objetivos que pressupõe serem atingidos, considerando a situação, às demandas específicas e as necessidades locais.

As normas e diretrizes que norteiam a educação infantil com o intuito de promover realmente a Educação Infantil, representou avanço na história da educação básica, tanto na condição estrutural e nas configurações que determina o ensino como ele deve acontecer, e como a criança precisa ser vista e o que ela deve aprender de fato , na instituição de ensino.

. Porém, nem sempre foi assim, durante muito tempo à concepção que se tinha do processo de ensino para a educação infantil, baseava-se a princípio somente nos cuidados. Nessa visão, a criança não era vista na sua peculiaridade enquanto um ser sujeito de direitos. Porém, vista como um ser indefeso e completamente dependente em seu desenvolvimento. Quanto ao seu processo formativo, estava voltado para a transmissão de conhecimentos.

Historicamente, o caráter educativo veio sendo construído, em razão da necessidade da criança ser vista como sujeito da sociedade. Nesse sentido, pensando a criança no contexto educacional, em 1998, foi elaborado o documento do Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, conhecido também como RECNEI esse documento construiu uma base para o processo educacional da criança. Acerca desse documento falaremos a seguir:

### 3.1 Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (1998)

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil é um conjunto de sugestões e referências para creches, entidades equivalentes e pré-escolas. Esse documento Consiste num conjunto de referências, configurações, e de orientações pedagógicas, que visam contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Segundo o documento, (1998, vol.1 p.13) seus objetivos são:

apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.

Fruto de um amplo debate, no qual participaram diversos profissionais que atuam diretamente no trabalho com crianças da educação infantil, no âmbito da experiência escolar e educacional.

No entanto, esse documento não se constitui como base obrigatória à ação docente, por outro lado é um material que auxilia no trabalho educativo do professor, podendo ser utilizado como norte diariamente junto às crianças pequenas. O documento foi construído como guia de reflexão de cunho educacional e de maneira que seus objetivos estejam focados sobre, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, (atualmente de 0 a 5 anos de idade) respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. O conjunto de proposta feita no referencial é um projeto educativo, em que abrange, “Proposta pedagógica e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise” (BRASIL, 1998, vol.1 p.14).

O RCNEI é um documento composto de três volumes e foi elaborado pelo MEC<sup>5</sup> que pretende apontar metas com qualidades para o ensino focado no desenvolvimento integral da criança, contribuindo com as instituições de educação infantil, com o objetivo de socializar e integrar o educando em ambientes que lhe proporcione conhecimento da realidade social e cultural em que ela vive. Além disso, para que essa criança se desenvolva podendo crescer como cidadãos de direitos e com o reconhecimento de sua infância, tem a função de subsidiar o trabalho educativo de professores e demais técnicos da educação infantil além de contribuir com as políticas e programas relacionados a essa modalidade de ensino tendo como campo de ação as redes municipais e estaduais de ensino.

Em linhas gerais os documentos que se referem as creches e a entidades equivalentes a pré-escola e que também interagem a com a série dos parâmetros curriculares nacionais, ambos estão entrelaçados com conteúdos seguindo a organização e orientação partindo dos seguintes eixos:

No volume 1, (RECNEI,1998) na apresentação do documento trata-se nesse como base introdutória para o ensino da educação infantil, enfocando algumas considerações e reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando esse contexto e fundamentando a concepção de criança assim como ato de educar,

---

<sup>5</sup> O Ministério da Educação (MEC) é um órgão voltado para as políticas de ensino no Brasil.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (RCNEI, 1998,P.21)

Nesse conceito trata de uma concepção no âmbito mais complexo do que é ser criança fundamentando uma multiplicidade de dimensões que envolve o que é ser criança. Seguindo ainda outra temática o documento via tratar de focar bem sobre a instituição de ensino e do profissional como deve ser o perfil do professor de educação infantil. Seguindo esse eixos para instituir os objetivos gerais, dos documentos por fim vai mostrar como estão agrupados e se organizam os dois documentos no âmbito do caráter instrumental e didático diante da prática educativa do professor.

De acordo com os dois volumes relacionados no âmbito das experiências serão tratados na proposta do volume dois assuntos como “ Formação pessoal e social” “Nesse sentido o trabalho com a criança emerge de ações que favorecem prioritariamente o processo de construção de sua identidade, a importância de se autogovernar e a independência na forma de agir e fazer escolhas aprendendo a e gerenciar suas ações com noção do processo de reciprocidade e de cooperação é preciso que ela exercite gradativamente sua independência desse modo ela pode fazer escolhas interagir com o outro e exercitar seu próprio governo.

Assim pede o documento que:

Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de da Identidade e Autonomia das crianças.

No terceiro volume que envolve as diretrizes do (RCNEI,1998), trata as diretrizes relativo ao âmbito de experiência sobre o Conhecimento de Mundo. nesse tema institui que a aprendizagem do educando deve ser pautada a partir de uma visão sobre o “conhecimento do mundo” nesse sentido essa temática favorece diversos contextos, pois se pressupõe um trabalho voltado para a Presença do Movimento na educação, dentre eles como o trabalho com a musica, com as artes visuais, trabalhar a linguagem e a escrita, natureza e sociedade. Todos esses

temas propostos se constitui de ideias decorrentes dos movimentos, essa proposta engloba um contexto muito complexo na aprendizagem sistemática do ensino.

É imprescindível destacar em nível de análise na proposta desse documento sobre suas orientações a importância de discutir a criança como ser social, sobrepondo à lógica, o contexto a diversidade e os mecanismos que compreendem que uma educação de qualidade beneficia a formação do sujeito e perpassa a resistência de uma dominação educacional imposta por muitos anos.

### 3.2 Currículo Escolar para a educação infantil com base no RCNEI

Conforme já mencionado, RCNEI representa um avanço na educação infantil, pois perpassa a tradição assistencialista das creches devido à inovação das práticas e metodologias pedagógicas, as novas soluções educativas surge com o intuito de superar e inovar uma prática há muito tempo estigmatizada, no sentido de não reproduzir ou depositar conteúdos.

De acordo com o currículo escolar, as práticas para a construção do processo educativo atualmente são muito abrangentes envolve o brincar, educar, cuidar, interação, diversidade e individualidade, aprendizagens significativas e conhecimentos prévios, resoluções de problemas dentre outros proximidade com práticas sociais e reais.

Conforme o documento a proximidade com as práticas sociais reais a prática educativa deve buscar situações de aprendizagens que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação etc. tenha uma função real. Isto é, escreve-se para guardar uma informação, para enviar uma mensagem, contam-se tampinhas para fazer uma coleção (...).(RCNEI, vol. 1 p.35).

No documento observa-se que às práticas pedagógicas se articulam e privilegiam os cuidados equivalente ao desenvolvimento e no respeito a capacidades da criança.

De acordo com documento (RECNEI 1, 1998, p.30) sobre as práticas educativas para que ocorra com sucesso da aprendizagem infantil, a organização do trabalho educativo é necessário que o professor se organize de maneira que,

a interação com crianças da mesma idade e de idades diferente sem situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se; os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar[...]a individualidade e a diversidade; o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais; a resolução de problemas como forma de aprendizagem.

A composição curricular que trata sobre a configuração do ensino para educação infantil trouxe uma proposta aberta, flexível e heterogenia ela poderá subsidiar o sistema educacional na elaboração de um currículo condizente com a realidade e as singularidades do contexto social.

O referencial (volume 1,1998, p.13) esclarece que para garantir a etapa educacional nessa fase escolar deve ser considerada a pluralidade e a diversidade.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Conclui-se que a relação pedagógica que o RCNEI constituiu como base para orientações e práticas para o ensino da educação infantil brasileira, tem sido um veículo para a qualidade da educação revelando um esforço singular, reconhecendo a criança que tem seu jeito particular de ser.

### 3.3 Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil

O PNQEI foi lançado em 2006, sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria de Educação básica para o ensino da educação englobando o ensino da criança de 0 a 5 anos. São orientações que deveram ser utilizados pelo sistema educacional brasileiro, como eixos de base na promoção dos parâmetros<sup>6</sup> de qualidade no processo estrutural do sistema educacional e no que refere-se à organização das instituições de educação infantil, instâncias essas envolvidas no cuidado e na educação infantil. Esse documento contém dois volumes e estão apresentados da seguinte maneira:

De acordo com o documentos os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (volumes 1 e 2, 2006,p.7), o conjunto da obra esclarece que,

O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (volumes 1 e 2) busca responder com uma ação efetiva aos anseios da área, da mesma forma que cumpre com a determinação legal do Plano Nacional de Educação, que exige a colaboração da União para atingir o objetivo de “Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade” (Brasil, 2001, cap. II, item 19 do tópico Objetivos e Metas da Educação Infantil). Assegurar a qualidade na educação infantil por meio do estabelecimento desses parâmetros é uma das diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil (Brasil, 2005).

A primeira versão foi apresentada e debatida em seminários regionais, com a participação de representantes de secretarias e conselhos municipais e estaduais de educação, assim como professores que atuam diretamente com a criança de 0 até 6 anos de idade. A segunda versão do documento foi enviado com sugestões para especialistas na área de Educação Infantil de todo o país e, posteriormente, debatida em seminário técnico realizado, em Brasília. Após a incorporação de grande parte das sugestões incorporadas e enviadas, considerado ainda como versão preliminar segue para ser apresentada no Seminário Nacional Política de Educação Infantil, realizado também no Distrito Federal.

---

<sup>6</sup> Um parâmetro é um dado que é considerado necessário para analisar ou valorizar uma situação. A partir do parâmetro, consegue-se entender uma determinada circunstância ou ter uma perspectiva da mesma.

Ambos os documentos apresentam-se em tópicos pontuando as características do sistema educacional brasileiro, declarando que as instituições devem ser: gratuitas, laicas e apolíticas.

O primeiro tema do PNQEI elaborado no (volume 1, 2006) aborda aspectos relevantes para a educação infantil. Nos parâmetros desse volume apresenta-se uma concepção de criança e de pedagogia, além de debater sobre a qualidade da Educação Infantil, de maneira geral, e específica no sentido de auxiliar o professor na realização de seu trabalho educativo diário com as crianças de 0 a 6 anos seguindo perspectiva da legislação nacional.

De acordo com o Documento a PQNEI, ( 2006, 13) define

A criança é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele (BRASIL, 1994a). A criança, assim, não é uma abstração, mas um ser produtor e produto da história e da cultura (FARIA, 1999).

De acordo com as diretrizes do documento, ele busca em princípio definir, a criança dizendo ser ela um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de determinada cultura. (PNQEI, vol. 1 2006, p.13). Se por um lado a criança é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, por outro, também contribui com ele.

Em síntese, para propor parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, é imprescindível levar em conta que as crianças desde que nascem são:

Cidadãos de direitos; indivíduos únicos, singulares; seres sociais e históricos; seres competentes, produtores de cultura; indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral. (PNQEI VOL.1 P.18)

A criança hoje é considerada como um ser humano único e completo e, ao mesmo tempo, em crescimento e em desenvolvimento, que interage com modos de história, cultura, são cidadãos de direito e que devem ser respeitada como pessoas que vivem em constantes transformações, com capacidade de ação, é um ser competente e capaz de produzir sua própria cultura. Nessa expectativa traduz hoje um consenso entre estudiosos da educação infantil.

De acordo com o documento (volume 1 , p.14) ao tratar da concepção do conceito de criança a intenção foi de,

Aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos implica atribuir um papel específico à pedagogia desenvolvida nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil

É importante enfatizar que o aprendizado da criança não acontece sob qualquer condição, ao contrário deve ser considerada o trabalho das instituições os serviços profissionais do professor dentre outras questões que se complementam para implantar uma educação de qualidade.

Sob o mesmo ponto de vista o PNQEI ( volume 1, 2006. p.16) numa tentativa de ilustrar o entendimento do leitor em relação o aprendizado o documento enfoca ser necessário levar em conta aspectos que não se pode perde de vista da especificidade pedagógica.

Nessa perspectiva (apud, ROCHA 1999), esclarece que:

Enquanto a escola tem como sujeito o *aluno*, e como objeto fundamental o *ensino* nas diferentes áreas através da *aula*; creche e a pré-escola têm como objeto as *relações educativas* travadas num *espaço de convívio coletivo* que tem como sujeito a criança de zero até seis anos de idade.

Ao analisar as relações educativas para educação infantil que garantem a promoção da aprendizagem da criança no sentido sistematizada, entende-se que, o documento deixa claro que na relação cuidar e educar, as ações voltadas para esse sentido, perpassam uma função indissociável, tendo em vista o direito e às necessidades próprias da criança. no que se refere à alimentação, à higiene e a saúde essa relação está intrínseca à proposta educacional que se pressupõe alcançar na visão macro da educação.

De fato, esse aspecto educacional pensando nesse binômio como já foi citado anteriormente educar x cuidar, predomina na educação das creches brasileiras um modelo voltado para uma educação que evidencia e que é denunciada.

Na visão de Kramer, como uma educação de caráter compensatória. Por outro lado, para superar essa ideia de maneira mais progressiva, o currículo propôs estratégias em que se deve considerar na aplicação de atividade, estratégias que

permita serem levados em conta os conhecimentos prévios, a contextualização, e momentos que permite um desenvolvimento infantil bastante significativo.

Deve ser defendida na proposta pedagógica uma perspectiva educacional ( PQNEI, 2006, volume 1, apud TIRIBA, 2005, p. 18),que é necessário um currículo que:

(...) respeite a diversidade cultural e promova o enriquecimento permanente do universo de conhecimentos, atentamos para a necessidade de adoção de estratégias educacionais que permitam às crianças, desde bebês, usufruírem da natureza, observarem e sentirem o vento, brincarem com água e areia, atividades que se tornam especialmente relevantes se considerarmos que as crianças ficam em espaços internos às construções na maior parte do tempo em que se encontram nas instituições de Educação Infantil. Criando condições para que as crianças desfrutem da vida ao ar livre, aprendam a conhecer o mundo da natureza em que vivemos, compreendam as repercussões das ações humanas

É importante destacar que as relações educativas ocorre com a necessidade e estratégias educacionais com ênfase de discussão e elaboração de diretrizes pedagógicas dos sistemas de ensino e das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil

O segundo volume do documento (PNQEI, 2006),versa sobre as competências dos sistemas para o ensino. Sabe-se que as leis maiores que rege e que regulamentam o atual sistema de ensino brasileiro é a constituição Federal de 1988 e a ementa da LDB lei de 9394/96, além do PNE (BRASIL 2001) são eles que determinam competências, e responsabilidades para os sistemas de ensino. Todo esse contexto legal também é complementado por diretrizes, e resoluções formuladas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Essas diretrizes determinam e qualifica o que se pretende atingir como competências, toda essa responsabilidade são atribuídas e divididas com os entes federais, estaduais e municipais. Seguida as competências para o sistema de ensino, as diretrizes enfocam medidas no sentido de como deve ser a caracterização das instituições de educação infantil, além da atuação do professor quanto à proposta pedagógica, oferecida para a educação infantil.

Diante da proposta do documento (volume 2) enfoca que a qualidade da educação não é pensada em função do que é oferecida nas instituições especificamente de ensino da educação infantil, mas deve ser em parceria com o apoio do que é ofertado pelo poder público. Dessa maneira, a educação que tem por objetivo atingir a qualidade, só sendo possível quando as instâncias responsáveis respeitem a legislação vigente. Ademais, os papéis entre o poder público e as instituições ficam bem definidos e suas competências limitada. Por outro lado às instituições de educação infantil que são vinculadas às esferas públicas de ensino têm apoio financeiro, pedagógico e administrativo. Para que um patamar de qualidade seja satisfatório, os níveis de administração, federal, estadual e municipal deve atuar com regime de colaboração recíproca.

Partindo dessas considerações, apresentaremos algumas orientações em nível de ilustração como deve se instituir a Política de Educação Infantil, em conformidade com a legislação nacional, demanda que as secretarias municipais de educação em relação ao plano quanto à função.

Incluam a Educação Infantil no Plano Municipal de Educação em consonância com a política local definida para a área; apoiem financeiras e/ou tecnicamente as instituições de Educação Infantil conveniada: filantrópicas, confessionais e comunitárias para que atinjam padrões compatíveis com as exigências legais; adotem medidas para garantir que o acesso às vagas respeite o critério de equidade social sempre que a demanda superar a oferta de matrículas nas instituições municipais de Educação Infantil; garantam a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais;

Com o intuito de promover diretrizes relacionadas às competências para o ensino da educação infantil em relação às propostas pedagógicas que estão intrinsecamente ligadas ao processo educacional, o PNQEI (2006, vol. 2), apresenta em seus parâmetros que as instituições de educação infantil devem ser contempladas, pedagogicamente de acordo com:

As propostas pedagógicas [...] contemplam princípios éticos, políticos e estéticos, I promovem as práticas de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, é com à ação da família, e a interação entre as duas instâncias é essencial para um trabalho de qualidade; explicitam o reconhecimento da importância da

identidade pessoal dos alunos, suas famílias, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade. Educacional nos vários contextos em que se situem.[...]; são desenvolvidas com autonomia pelas instituições de Educação Infantil a partir das orientações legais.

Considerando as proposta da instituição de ensino para a educação infantil percebe-se que as diretrizes do PQNEI, remete quanto a sua proposta pedagógica, um pluralismo de ideias e de concepções para práticas das proposta pedagógicas. E que a educação deve ser feita em colaboração com a ação complementar da família, a criança deve ser vista e entendida como um ser considerada nos aspectos total e indivisível.

Os Parâmetros de Qualidade ao tratar da gestão das instituições de educação infantil, se posicionam com muita clareza, delegando responsabilidade aos profissionais que exercem os cargos de direção, administração, coordenação pedagógica ou coordenação em geral. Primeiramente uma de suas orientações é que as instituições de Educação Infantil funcionem durante o dia, em período parcial ou integral, sem exceder o tempo que a criança passa com a família, exceto feriado semanal, férias.

Devem os profissionais respeitar o calendário letivo. O fato de existir a proposta pedagógica, dos parâmetros para as instituições de ensino, demonstra que é necessário a existência de uma organização em relação ao horário de atendimento e recebimento e o de tolerância da entrada da criança na instituição escolar, e nas questões relacionados ao espaço ao ambiente, material didático, repouso semanal composição de turmas e de grupos envolvendo a faixa etária. Quanto aos gestores é necessário que atuem da seguinte forma:

Os gestores ou gestoras atuam em estreita consonância com profissionais sob sua responsabilidade, famílias e representantes da comunidade local, exercendo papel fundamental no sentido de garantir que as instituições de Educação Infantil realizem um trabalho de qualidade com as crianças que a frequentam. (PNQEI, 2006, p.36)

É de fundamental importância que as instituições de ensino juntamente com seus gestores no que se refere ao conjunto de realização do que se propõe realizar para uma melhor qualidade da educação se faz necessário que as ações dos profissionais devem ser realizadas em conjunto com o todo e os gestores o

trabalhar se consolida em parceria com todos os profissionais da instituição de ensino, inclusive os gestores.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da EI, merecem destaques por que neles se fundamenta a base epistemológica, que se preocupou com a pedagogia para a infância revelando um olhar diferente sobre essa pessoa, como um ser único completo. Logo, seu desenvolvimento infantil deve ser potencializado, as atividades desenvolvidas devem ser oferecidas com condições plenas e que possibilite significava apropriação cultural. No contexto discutido acima observam-se as políticas educacionais orientadas pelas diretrizes, com base na análises dos documentos argumentam que só será possível o resultado de uma educação de qualidade quando as instituições estiverem realizado um trabalho participativo, democrático, em que todos estejam envolvidos e comprometidos com a educação.

#### 3.4 A Formação para a Docência na EI com bases no PQNEI

Os professores são os profissionais que trabalham diretamente com as crianças na instituição de educação infantil, e estão diretamente ligados ao educando. Portanto para o professor atuar lecionando com as crianças de zero a cinco anos de idade, deve estar habilitado em um curso com uma formação qualificada para atender a função de professor. A cerca da questão da habilitação exigida para atuar na EI, os Parâmetros de Qualidade da educação infantil (volume 2, 2006, p.38) é necessário ter:

nível superior, pedagogia ou modalidade normal, admitindo-se, como formação mínima, a modalidade normal, em nível Médio; Professores sem a formação mínima exigida por lei que exercem funções de professora ou professor de Educação Infantil quer sejam titulares ou auxiliares, obterão a formação exigida com o apoio da instituição onde trabalham. Caso atuem na rede pública, contarão também com o apoio dos sistemas de ensino[...]ter o conhecimento de seus direitos e deveres, o compromisso com a ética profissional e a dedicação constante ao seu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

No que diz respeito ao que pede o PNQEI (2006) Quanto a qualificação profissional exigida o professor deve atender aos requisitos de uma formação, hoje precisamente para a formação inicial um curso de nível superior com uma formação

em pedagogia , esse profissional deve ter o reconhecimento de seus direitos e deveres , além de um compromisso ético e de responsabilidade com o que lhe é proposto a trabalhar com a educação infantil.

A qualificação profissional em qualquer área de atuação tem a função de garantir e promover desempenho com objetivo de atingir habilidades e competências, considerando que o professor tem um papel extremamente importante na garantia da qualidade do seu trabalho prático, assim no dia a dia da sala de aula, os profissionais docentes, por mais que atendam às exigências do que pede a lei do ensino, no sentido de sua formação superior inicial, tem que continuar seu processo formativo continuamente, fazendo cursos e atualizando-se sempre que puder.

Assim como o sistema de ensino para educação infantil foi pensado baseado em planejamento, as configurações das instituições de educação infantil quanto à organização da infraestrutura, trouxe para o debate assuntos que até então não eram discutidos no sentido de atender às necessidades das crianças especiais.

Com o propósito de atender de maneira abrangente às crianças nas instituições de educação infantil, o documento aqui citado, idealizou para a criança, uma qualidade educacional satisfatória, pois para se chegar a esse propósito foram necessários vários profissionais como professores, especialistas e técnicos dentre outros que se reuniram com a finalidade de estabelecer diretrizes que estivessem associadas ao desenvolvimento da criança e ao mesmo tempo conceber a ideia da indissociabilidade do cuidado e a educação dos educandos. Fomentando a ideia de que os professores e os demais profissionais em conjunto poderão oferecer uma educação que deve ser implementada com responsabilidade, respeito à legislação e que as diretrizes orientadas e estabelecidas pelos parâmetros se tornaram padrões de referência para a organização das instituições de educação infantil no Brasil.

### 3.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, que se constitui apenas como um documento orientador do trabalho pedagógico, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com caráter mandatório, normativo e obrigatório para todos os sistemas municipais e

estaduais de educação. As diretrizes foram instituídas pela resolução precedida por um parecer que trata de várias questões relativas à qualidade da educação (Parecer CNE/CEB nº 22/98, de 17/12/98. havendo já renovações nesse documento de acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil se articulam com as diretrizes nacionais da educação básica geral. Seus princípios estão fundamentados e comprometidos para orientar as políticas públicas educacionais na elaboração de planejamentos, na organização e articulação das propostas pedagógicas e avaliação do sistema de ensino .

De acordo com a resolução, (CNE/CEB nº 5/2009). Assim, explicita-se a identidade da Educação Infantil no art. 5º da citada Resolução diz que:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Outro ponto determinado nas diretrizes foi em relação a nomenclatura para as instituições escolares antes, conhecida somente como “instituições de educação infantil” passou a englobar novas denominações, como creches, pré-escolas, classes e centros de educação infantil.

Ao determinar que as diretrizes para o currículo seja baseada em uma proposta pedagógica em que três princípios são os eixos que sistematiza pontos de ordem, porém democrática , a partir da autonomia da diversidade da ludicidade e sobretudo da diversidade da cultural, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil respeita o estabelecimento da escolha das concepções, das metodologias e das estratégias pedagógicas entendendo que a educação deve se assegurar de forma íntegra devendo contemplar temas relativos à diversidade de conteúdos.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Em consonância com esse artigo quanto a proposta pedagógica o Art. 4º da Resolução CNE/CEB 5/2009:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Para o documento as normas para a construção o currículo, assim como o que se pede na proposta pedagógica, para a educação infantil, percebe-se que a visão do que vem proposto tanto para creche tanto quanto a pré-escola deseja-se implantar na proposta uma culturas plural com diversificação para as instituições . Por fim o processo educativo vivido por essas crianças na escola será o resultado da aprendizagem e de uma educação de qualidade.

As Diretrizes expõem em seu art. 6º os eixos norteadores que as propostas pedagógicas de Educação Infantil deve ser respeitado:

Art. 6º I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão na diferentes manifestações artísticas e culturais.

Ainda na observância das Diretrizes Curriculares sobre , a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram sua função na condição sociopolítica e pedagógica dentre ela citaremos o item I e III que rege as diretrizes da proposta pedagógica de acordo com o Art. 7º (2009, p.98)Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir:

I – oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II – assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III – possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV – promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V – construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta [...]

Dentre outras práticas pedagógicas das Diretrizes Curriculares Nacionais (2009, p.99) que compõem a proposta curricular para a Educação Infantil devem ser considerados como eixo norteadores para o processo de ensino aprendizagem, as interações e a brincadeira, garantindo experiências citaremos aqui algumas determinações da proposta para aplicação na EI,

I – promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiência sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; II – favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; III – possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; IV – recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais; [...]

Ao promover na proposta pedagógica direcionamentos que sejam considerados para a prática do pedagógica do professor, esse contextos favorecem diversidade de promoção para o conhecimento experiências ampliadas, com isso propondo em suas práticas maior empenho para o processo de aprendizagem da criança.

Todos esse eixos discutidos nessa temática favorecem e possibilita a imersão da criança de maneira que seu desenvolvimento esteja incluso em uma condição própria e sistematizada como pressupõe as diretrizes nos seus objetivos que se almeja alcançar.

No próximo capítulo , pretende-se discutir a cerca de como se estabelece a construção da profissionalização docente

#### 4. PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

O processo de profissionalização dos professores ao longo dos tempos e dos dias atuais no Brasil sempre foi submetido às políticas públicas educacionais. Os enfrentamentos implantados para o ensino teve referências e tendências das políticas neoliberais, e que além desse estímulo externo são definidas e descritas também pelo contexto local e nacional, nesse sentido foi possível pensar a qualificação do profissional quanto na sua atuação no cotidiano escolar e a contextualização curricular e os encaixes que são decisivos para levar o aluno adiante.

Portanto, a profissionalização docente se estabelece a partir de uma cultura pré-formativa. O exercício profissional por seu termo está ligado diretamente e relacionado à existência de um diploma, e é na universidade o locus privilegiado que contribui para desenvolver a compreensão e a noção do saber, assim como, a própria prática do professor. Todo esse desempenho formador ajudará em suas particulares sobretudo no que se refere ao processo do ensino, isto é a que remete o seu papel a uma concessão social de sua função. Com a convicção de que o profissional é o mediador do conhecimento, deve ter portanto uma boa qualificação na sua formação docente para adquirir conhecimentos e pôr em prática, pois isso lhe dará mais segurança e ajuda no desenvolvimento de suas atividades para agir com uma maior liberdade e autonomia.

Sobre a imagem refletida do professor perante à sociedade no seu percurso de afirmação profissional seu papel como formador e educador demonstra grande destaque, pois nem sempre esse profissional foi visto dessa maneira. O professor atualmente ocupa uma forte representação social no exercício de sua função, tem o poder de contribuir e de forma a transformar o sujeito socialmente falando.

Para Roldão, os professores em geral dispõem dos saberes necessários a especificidade da função que ele desempenha, buscando encontrar em que consistem as especificidades e as ações da prática docente no âmbito profissional. Nessa perspectiva, Roldão (2007, p.95), diz que,

Ensinar é a ação que, ao longo do tempo, tem distinguido o professor de outros profissionais, embora importe considerar as questões históricas e conceituais que percorrem a ideia de ensino. A função de ensino historicamente assumiu variadas formas e estatutos, porém, o surgimento de um grupo estruturado destinado a assumir especificamente essa função nasce com a modernidade, a partir do século XVIII. A visão de ensinar está associada tanto a transmitir um saber quanto a fazer alguém aprender; neste último sentido, ensino e aprendizagem constituem par inseparável, definindo a atividade do professor.

Atualmente ensinar deixou de ser somente a ideia da transmissão de conhecimentos, pois as informações hoje estão disponíveis de maneira global em um contexto caracterizado pela figura da dupla transitividade e pela mediação, o que implica, segundo a autora, numa leitura mais pedagógica e alargada a um campo vasto de saberes e conhecimentos, nessa direção o professor deve ter competência para saber passar os conhecimentos e analisar o comportamento do aluno; saber a hora de intervir, pois somente ter o conhecimento dos conteúdos ou da disciplina que leciona não é porém natureza suficiente no que se propõe a ideia do ensino.

Conhecer o conteúdo é uma das condições exigidas do profissional docente, de modo que a condução para o ensino, implica numa condução didática em procedimentos de mediação do que o professor desenvolve na matéria que ensina e o aluno que está ali para aprender com a mediação do conteúdo, além de ter habilidades para lidar com o tempo da aula em si.

Os saberes docentes se fundamentam, especialmente a partir da experiência que se constitui no trabalho prático, mas para exercer a profissionalização docente é necessário que os conhecimentos estejam mobilizados e atrelados aos conteúdos que vão ser aplicados em sala de aula. Logo, o conhecimento pedagógico essencial que constituiu o currículo adquirido no universo acadêmico durante o processo formativo serve para designar o modo como o professor irá exercer a sua prática docente.

Quando nos referimos aos docentes da Educação Infantil precisamos considerar primeiramente como a EI está configurada. Isso implica em determinadas especificidade nesse campo. Na EI a configuração do processo educativa da criança

pequena não poderá ser configurado de maneira apartada do profissional. Aqui cabe a premissa que ainda se vivencia um adulto-centrismo, porém é importante considerar a dialógica e a consciência da conquista de um espaço social democrático e de direito, que valorize e estimule a participação mutua desses seres frágeis. É preciso considerar a criança como um ser ativo e participativo em sua forma própria de ser, no campo educacional e na dinâmica da vida social.

Partindo do cenário educacional brasileiro e de que se trabalha com uma especificidade de ensino, a docência na educação infantil vai tratar de uma especificidade de trabalho, ou seja, o que vai direcionar esse profissional é uma pedagogia específica voltada para crianças pequenas, pensando a criança em uma etapa singular da educação básica. Essa pedagogia tem seus próprios requisitos e exige determinados investimentos, mobiliza desafios e se efetiva somente para quadros de profissionais para atender especialmente à categoria infantil.

No campo em constituição é importante destacar, do ponto de vista do processo de profissionalização do professor, a consciência de uma sociedade competitiva, onde se faz necessário integrar o indivíduo à sociedade. Portanto a qualificação, o dinamismo, são requisitos essenciais, para atuação do sujeito como parte do processo.

Objetivando levar os professores a uma maior profissionalização docente para fortalecer uma educação de qualidade é de fundamental importância discutir a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Portanto compreender a necessidade que envolve a formação pedagógica e o que o sistema educacional busca que é o desenvolvimento de uma educação pautada para promoção do desenvolvimento de um cidadão crítico reflexivo, tendo o professor na sua missão protagonizar e mediar resultados não reproduzidos.

O estudo de Freire (1996) tem, como temática central, o aspecto da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia dos educadores.

Segundo o autor, os saberes indispensáveis à prática docente de educadores críticos, progressistas, devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente e podem ser enumerados da seguinte forma:

1 ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção, uma vez que inexistente validade no ensino do qual não resulta um aprendizado; 2 ensinar exige rigorosidade metódica, na medida em que é preciso reforçar no aluno sua capacidade crítica, sua curiosidade, sua insubmissão e o rigor metódico com que deve aproximar-se dos objetos cognoscíveis; 3) ensinar exige pesquisa, no sentido da busca contínua, da indagação, da procura, da constatação e da intervenção; 4) ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, toda vez que é necessário respeitar os conhecimentos socialmente construídos pelos alunos, [...].

A formação para a profissionalização docente requer uma capacitação para uma educação onde as competências, é quem faz o diferencial do profissional, possibilitando resultados de maneira positivas. De um modo geral a qualificação para o desenvolvimento das competências valoriza o profissional docente e oferece condições adequadas para o trabalho pedagógico.

Quanto à institucionalização para a profissionalização docente de acordo com o título VI, da Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional a mesma é explicitada a partir de alguns artigos, quanto à construção que se requer para o processo de capacitação para a profissionalidade<sup>7</sup>: Para tanto este trabalho elegemos os seguintes artigos:

**Art. 63.** Os institutos superiores de educação manterão: 1. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; 2. Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; 3. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. [...].

Ao reportar sobre o que promove a constituição para a profissionalização docente ou o que cabe ao professor ensinar, ou mediar o processo de aprendizagem do aluno, aprenda chega-se a entender que tudo isso não é adquirido com uma transmissão artesanal do ofício.

Ensinar caracteriza uma especialidade que envolve uma ação, uma prática orientada por políticas educacionais. Portanto, a ideia de desenvolver aulas consiste em atividades próprias que requer planejamento pedagógico e atividades que

---

<sup>7</sup> Conjunto dos atributos inerentes à prática de uma profissão: "A profissionalidade é um processo de desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma profissão..." (Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Betânia Leite Ramalho et al, "Quando o desafio é mobilizar o pensamento pedagógico do professor/a: uma experiência centrada na formação continuada", in [www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br), 11/01/2006.) Disponível em <http://www.aulete.com.br/profissionalidade>. Acesso em 20 de abril de 2017.

envolve trabalho escolar em sua especificidade. Portanto, ser professor vai além do domínio de conteúdos, há uma necessidade de ressignificar o sentido de ensinar.

Acerca dessa questão, Roldão afirma que o que caracteriza o ofício do professor é o ensino, fazer com que o outro aprenda, uma ação ela diz que,

“requer um vasto conjunto de saberes científicos, no campo da educação, e está longe de ser espontâneo ou resultar automaticamente do domínio do conteúdo a ensinar”. A autora ressalta a necessidade de ressignificação do sentido de ensinar construído ao longo da história, caminhando assim para a construção de um estatuto da profissionalidade. (ROLDÃO. p.117, 2005)

O profissionalismo é um elemento importante para o processo profissionalização. As estratégias e metodologias que envolvem o ensino e a prática pedagógica do profissional professor em sala de aula, para que os alunos se envolvam durante a ação ensino aprendizagem podem indicar adesão à profissão e a responsabilidade pela a escolha.

A profissionalidade é um atributo caracterizado do sujeito profissional, provém de discussões complexas.

Nessa direção o ser e o fazer professor se constrói na perspectiva do trabalho prático que se dá em torno de um aprimoramento pedagógico. Portanto está atento, perguntar, circular, ter a capacidade de diagnosticar, fazer interferências, elogiar contar histórias aos alunos com o objetivo das crianças poderem criar um mundo imaginário, ou apenas para descontraí-los, saber que uma aula nunca é igual à outra, reconhecer a existência de conhecimentos próprios à docência, incorporar comportamento para o desenvolvimento do profissionalismo no grupo constituído, são processos que organiza e prepara o professor para a profissão.

Nesse sentido, podemos entender que a profissionalização envolve uma dimensão interna e subjetiva do profissional professor, como: os saberes teóricos, os saberes existentes na técnica presentes na prática, na ideologia, nas ações realizadas no entendimento da mesma, na crença e nos valores que envolvem a profissão. A vida profissional passa por sucessivas etapas, ou fases que configuram um ciclo de vidas. Segue-se um conjunto de padrões e compromissos, à margem de um projeto educacional próprio do sistema educativo. Para tanto cabe ao

professor ser protagonista de sua própria história e construtor de sua identidade, buscando adequar-se e dar sentido à sua prática docente.

Como profissional, o professor passa por um processo de profissionalização, que se mescla com as fases de sua vida pessoal. No percurso da vida profissional acontece mudanças, aspirações, sentimentos para o professor encontrar-se e dar sentido a sua profissão, hoje não se fala do professor de maneira isolada, mas da sua inserção no contexto de vida e profissionalidade.

#### 4.1 Torna-se Professor um Desafio Permanente e desafiador

Torna-se professor é um processo constante e desafiador. Assim, as relações entre o início da carreira e a aprendizagem para essa profissão, apresenta-se como parte importante de uma grande busca para elaborar seus saberes e crenças e aplicação desses. O começo da carreira docente é caracterizado por estágios de descoberta. Logo, esse momento está relacionado a uma realidade, muito embora distante, do que se foi idealizado, do que se aprendeu teoricamente de como se pretende agir em sua prática pedagógica.

Para Perrenoud, e organizadores (2001.p.26.), esclarece que:

A especificidade da profissão de professor é antes de tudo, um profissional da articulação do processo ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação das significações partilhadas.

Aprender a ensinar é uma tarefa que acontece no dia-a-dia do cotidiano escolar, o ensino se consolida desde os princípios da teoria acadêmica e diante de situações inéditas como aprender com a experiência.

Ensinar é um treinamento, por isso constitui um desafio a ação prática. A prática pedagógica tem suas singularidades e não se constrói com automatismo, muito embora ela se pleiteie com analogia e reflexão. Para torna-se professor é necessário o desenvolvimento de competências, é uma prática emergente. O ofício de professor está se transformando e a profissionalização não acontece de maneira paralela ou isolada, ser professor é trabalhar com autonomia, em equipe e por projetos, carregar em si uma responsabilidades crescentes e de compromisso ,e na aplicação de mediação de conteúdos ser criativo , utilizar pedagogias diferenciadas, na centralização sobre os dispositivos e as situações de aprendizagem.

No ofício destinados aqueles que querem ser professor Perrenoud, (2000, p.14) enfatiza um referencial de competências quanto a forma de operacionalizar o novo papel do professor ,

- 1) organizar e dirigir situações de aprendizagem ;
- 2) administrar a progressão das aprendizagens ;
- 3) conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam ;
- 4) envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho ;
- 5) trabalhar em equipe ;
- 6) participar da administração da escola ;
- 7) informar e envolver os pais ;
- 8) utilizar novas tecnologias ;
- 9) enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão ;
- 10) administrar a própria formação continua.

Para os enfrentamentos do dia a dia da sala de aula, o professor tem em seu ofício um trabalho que acaba de qualquer forma seguindo uma rotina que propõe uma ação relativamente consciente e racional, precisa sempre avaliar o seu caráter para não agir de maneira arbitrária; controla verdadeiramente sua ação com equilíbrio

Na perspectiva da aprendizagem da profissão, conhecer e interpretar o próprio trabalho faz parte do exercício da profissão dos professores no início da carreira. Na busca de se tornar professor a profissão oferece diferentes perspectivas sob o esforço de superar a complexidade dos desafios, e as dificuldades que surgem.

A partir de uma busca epistemológica e prática, o professor torna-se o protagonista da sua própria história, tais questões representa uma tarefa relevante, pois para estes profissionais que irão atuar nas escolas, terão que enfrentar a arte de aprender a ensinar que é um caminho nada suave.

De acordo com Guarnieri, (1996, p.6) ao longo de décadas busca-se “novas perspectivas investigativas sobre competências para ensinar.” O estudo sobre o trabalho do professor vem sendo investigado de forma conjunta, desde a década de 80, a respeito das questões, o trabalho de professores se constitui das experiências, constituída no cotidiano escolar.

É possível verificar que o professor constrói seu “trabalhar” no cotidiano da prática escolar, baseados em elementos da realidade aplicada no dia a dia das instituições, como o conteúdo que foi dado, na aula planejada, na didática utilizada na metodologia explorada. As considerações do ato de aprender requer do professor um processo de criação e reflexão, em que vários fatores contribuem para organizar o saber e a criatividade.

De acordo com Perrenoud (et. al. 2001, p.25) trata-se de uma:

Pessoa autônoma, dotada de competências específica e especializadas que repousam sobre uma base de conhecimentos racionais, conhecidos, oriundos da ciência, legitimados pela Universidade, ou de conhecimentos explicitados, oriundos da prática. Quando sua origem é uma prática contextualizada, esses conhecimentos passam a ser autônomos e professados, isto é, explicitados oralmente de maneira racional, e o professor é capaz de relatá-los.

Na dialética da teoria e prática, e nas relações professadas, os erros e acertos faz parte da profissão, favorecem e são geradores, ocasionando algumas superações. Ser professor implica numa relação de cumplicidade, em relação ao aluno, precisam ser parceiros e igualmente responsáveis no processo de ensino aprendizagem, por isso é preciso valorizar a relação com o outro..

De acordo com Guarnieri (et. al. 2005, p.47). Na relação pedagógica estabelecida em sala de aula, professor e alunos, por exemplo, realizam o processo de estudar a realidade que os cerca, compreendendo e elucidando situações,

pensar e agir dentro dela, bem como identificando novas possibilidades de pensamentos e de ações.

O processo identitário da construção do que é “ torna-se professor” abrange um contexto muito complexo, dentre eles o sociológico, o psicológico, o intelectual.

Nesse contexto há uma reflexão diante da formação necessária ao professor e no ofício de atuação no universo escolar e social, o ato de ensinar requer compromisso, esforço, “conhecimento de valores básicos necessários a todo cidadão para a vida em sociedade. E, o conhecimento não deve se restringir e reduzir-se a conteúdos formais, esclarece sobre isso Guarnieri,

Sobre a formação de professores a autora tem apontado diversas fontes para construção do conhecimento, sendo eles de “natureza teórica-acadêmico, constituídos pela frequência de cursos, palestras seminários, consultas a livros, artigos {...} (GUARNIERI 2005 p.49)”.

Em consonância com a formação acadêmica, a troca de experiências entre colegas, ter uma visão reflexiva de situações, atos, que permeiam a prática docente, são fatores benéficos e de utilidades, para a prática do conhecimento profissional.

Entretanto para o bom desempenho do professor a instituição escolar tem um papel importantíssimo, pois a falta de apoio dessa pode contribuir para o insucesso, do profissional, uma vez que com o exercício da profissão, é possível perceber que o professor pode avaliar sua própria prática e detectar problemáticas e dificuldades que podem limitá-lo no seu dia a dia.

Foi pensando nas instituições de ensino, que as políticas educacionais defendidas pelo (PNQEI 2, 2006, pp.24, 36) deu ênfase à gestão da instituição de educação infantil, enfocando que, a gestão escolar, de acordo com os gestores, deve trabalhar em parceria com os profissionais de educação, portanto, os parâmetros determinam que,

Professoras, professores, profissionais de apoio, especialistas, gestoras e gestores adotam posturas condizentes com os princípios expressos nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Os gestores ou gestoras atuam em estreita consonância com profissionais sob sua responsabilidade, famílias e representantes da comunidade local, exercendo papel fundamental no sentido de garantir que as instituições de Educação Infantil realizem um trabalho de qualidade com as crianças que a frequentam.

Outro fator importante que mexe com a qualificação do professor foi o avanço da ciência e da tecnologia, que surge como um novo modelo e parâmetro de estratégia para a profissão do professor. Essa nova ferramenta aparece como opção, a superação do paradigma tradicional em relação à didática e a criatividade do professor para ministrar suas aulas, ou seja, aprender a ensinar, não é mais a reprodução do conhecimento unicamente sistematizado. A tecnologia da informação tornou-se um mecanismo viável e hoje é utilizada para contribuir com o dinamismo do trabalho do professor trazendo uma visão, mais progressiva e reflexiva para o mundo do ensino, muito embora implicando num esforço a mais no processo formativo continuado, esse conhecimento está implementação no currículo do professor, gerando um requisito com mais complexidade e de uma realidade necessária no desenvolvimento das competências e habilidades em seu ofício de infinidade profissional e do universo educacional.

Considerando que os professores têm rotina escolar, ele cristaliza sua prática, e constrói saberes com a experiência e vivência seja na vida, na escola, ou na sua formação acadêmica ou continuada. Paralelo ao documentos será dialogado com outros autores a seguir assuntos relevantes ao ofício para atuação do professor. O professor deve agir a partir de seus saberes e competências de maneira que o que esteja refletido foi o que a princípio foi adquirido na trajetória acadêmica de maneira que essa experiência possa ser refletida na sua prática.

A compreensão da prática Reflexiva complementa seu entendimento a partir do trabalho gerado pela prática do professor .Apoiado em Perrenoud (2002, p.144), segundo Dubet, (1994), no texto sobre " A prática Reflexiva ao trabalho sobre o Habitus<sup>8</sup>, ao falar de aprender com a própria experiência enfoca que," O ser humano é capaz de improvisar diante de situações inéditas e de aprender com a experiência".

A aprendizagem se processa em todos os momentos de nossa vida e em diversas situações. Ela está relacionada a treinamentos, ao conhecimento

---

<sup>8</sup> (...) generalização de noção de esquemas, conjunto de esquemas de percepção, de pensamento , de avaliação e de ação.

procedimental , a esquema, a regras , designando o ser humano a evocar um cenário prático e consciente da sua ação.

Pierrenoud (2002, p.145), postula sobre “Aprender com a Experiência” em que ele fala que “Se queremos aprender com a experiência, temos de aproveitar os momentos de exceção, a fim de compreender, quem somos e o que valemos”.

Diante de tais afirmações, podemos entender que essa seria a fatia de uma parte consciente de nossas ações diante da profissão, o que podemos e devemos aprender com uma prática reflexiva, nos tirando de uma visão prática pedagógica linear, e como futuros professores podendo reinventar a própria experiência.

O Paradigma Reflexivo demonstra de que maneira o professor deve agir sobre seus saberes e competências dos quais, foram adquiridos de maneira abrangente ao longo da trajetória acadêmica e de experiências que possa na instituição escolar fazer refletir na prática, além de direcionar a ideia que a partir da própria vivência o professor torna-se o pesquisador de sua própria prática baseada na experiência vivenciada.

A evolução das competências baseada nas ações atitudinais que reflete a partir do hábito de analisar a práxis, o que foi obstáculo, o que foi o erro e o que foi o acerto, devem ser vistos como pontos positivos para a profissão, até mesmo serem considerados como um momento meio de se auto -afirmar na profissão.

Isso irá refletir que com o praticar da ação docente na sala de aula gerará hábito (habitus) em que o professor passará a se observar e auto refletir sobre suas práticas pedagógicas construindo constantemente, saberes e objetivos moldando e refletindo sobre a carreira, adotando uma postura que o leve a desenvolver uma qualidade necessária à sua atuação diante das possibilidades que a profissão oferece como aprendizado.

Para, Piaget (apud perrenoud 2000)), o “Habitus” provém de um inconsciente onde o professor faz uma análise de si, situações e ações, atitudes, valores, ligando a razões pedagógicas essas operações no campo mental da área reflexiva as aludem a um estado de consciência.

Para aprender com a experiência o professor deve usar o seu dia a dia, dentro da sala de aula como laboratório diário, sendo que somente as ações práticas do trabalho não assegura algo acabado, o inconsciente prático, pressupõe um trabalho mental. Já Perrenoud (2000) diz que “na vida cotidiana somos em geral movidos pelo inconsciente prático”. Nossos costumes e automatismos, não dizem respeito apenas aos nossos gestos e atos concretos observáveis. O hábito de refletir sobre a profissionalização, corresponde a encontrar um equilíbrio para não agir por impulsos, mas para construir práticas adequadas da realidade existente em sala de aula.

O custo da tomada de consciência sobre a prática, apresenta nesse contexto um momento em que há um acontecimento excepcional que aparece no transcurso de uma situação a qual o sujeito está inserido, mas essa consciência só é válida acerca da real vontade de mudança de uma determinada situação, de ir além da superficialidade de buscar fundo o princípio da ação onde essa ação sobre a prática se processa diversas repetições ou aplicações da mesma ação, diante de situações. É o procedimento para aplicações da mesma ação, diante de situações.

Diante de tais questões o procedimento para incorporar tal consciência está relacionado à prática regular de um procedimento, transformação do conhecimento procedimental (aprender a fazer) em esquema (ação), e quando esse procedimento torna-se rotineiro é deixado de ser referência. Ter uma postura reflexiva, não se aprende somente na vida acadêmica, ser reflexivo é uma questão de Habitus.

Observa-se ainda que, o hábito da reflexão sobre a própria prática docente, que nem todos os profissionais tem consciência das próprias ações em si no cotidiano escolar, pois o hábito está relacionado ao pensar a prática e poder transformar ela. Aprendendo com esquemas que se vincula à prática das ações, tornando essa ação rotineira, naturalmente pela repetição dela. A consciência da prática se incorpora de forma a regular as dificuldades, ultrapassando, problemáticas que surgem no dia a dia da sala de aula.

Sobre a Prática do hábito, vimos que ela delinea confrontos e é na vivência escolar que os confrontos existentes são recursos de laboratórios onde através destes, o professor aprenderá a enfrentar os desafios e buscar soluções para o

inconsciente prático. Diante da teoria do hábito o professor absorve como tomada de consciência, um contexto dentre os quais ele torna-se sujeito do processo como construto real, e, indo além da superficialidade de conceitos e teorias confrontadas experiências vivenciadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo aqui realizado possibilitou a compreensão de distintos estágios das políticas educacionais para essa fase básica da educação Infantil, reconhecendo o papel essencialmente da responsabilidade Civil do Estado sobre o processo constitucional da educação sobretudo, a partir da C/F de 1988, que prescreveu a educação infantil em seus textos normativos na esfera do direito, e em consonância com essa, segue a LDB 9394/96 que surge para orientar as políticas educacionais no sentido de organizar a educação básica.

Aliados a outras instruções documentais foram criados as diretrizes das políticas educacionais que rege o ensino da EI, e que trazem proposta para melhorar a qualidade da educação no âmbito das competências para o ensino, o currículo e as práticas pedagógicas do professor.

O sistema educacional preocupou-se com as instituições para oferecer estruturalmente um ambiente adequado, um currículo infantil que por sua vez deve estar atrelado ao meio social, à identidade e a pluralidade. Quanto a criança deve ser considerada em suas particularidade devendo ser vista a partir de uma concepção psicológica, cognitiva, dentre outras questões para que aconteça seu aprendizado, que se institui sob uma visão de mundo que é própria de cada idade.

Percebe-se que é de fundamental importância na proposta pedagógica para desenvolvimento do educando, a ideia de pensar situações, usar a criatividade no sentido de inovar, as práticas e como ferramentas de trabalho.

É dever do profissional se adequar as novas tendências do ensino, estudando e se preparando academicamente no que diz respeito à compreensão da teoria que a profissão lhe delega, como o que é ser de fato um professor, e como a profissão se constitui com o desafio do “aprender a ensinar”, e tanto quanto se qualificando sob o ponto de vista específico, assim como para exercer e desempenhar suas funções junto à criança. Na prática cotidiano de sala de aula deve propiciar experiências, mediar o saber, planejar situações em que a criança esteja envolvida com o meio social, promover situações, considerando o educando na sua totalidade, bem como possibilitar a integração e socialização desse ser, de maneira que esses

momentos não devem se pautar e nem se indissociabilizar do cuidado. O professor tem que ressignificar sua prática, perpassando a visão tradicional e inovando com dinâmicas pedagógicas, saindo do conhecimento exclusivamente prescrito, buscando alternativas que possibilite transitar e romper com os padrões vigentes sobrepondo a quebra de paradigmas, ressignificando o ensino de maneira que cause reflexão diante dos conteúdos e contextos ultrapassando os lineares, e reavendo, a prática de maneira reflexiva.

No tocante às observações feitas na sala de aula, a partir do estágio em que fiz e ao observar as lacunas no trabalho da professora de Educação Infantil, o que analisa-se e se conclui é uma adiação do fazer pedagógico, talvez pela abertura que o próprio MEC recomenda e permite adiar o processo de alfabetização até no máximo ao terceiro ano do ensino fundamental, então as práticas pedagógicas não são aplicadas ou seja são adiadas. Quanto a atuação na sala de aula da professora certamente na sua própria formação deve ter havido lacunas e portanto não estamos aqui para condená-la no exercício da docência, e se ela estar falhando devido a incompletude de sua formação, pode ter sido devido ao seu processo formativo durante seu curso superior. Quanto aos caminhos que percorre a atuação do profissional docente de acordo com as diretrizes no cotidiano das instituições, o que se pede é um modelo padrão prático no sentido do compromisso para uma educação de qualidade. As competências dependem de um conhecimento profissional, de um corpo de saberes específicos para a execução do trabalho outorgado a sua função que é levar e mediar o conhecimento, superando aquela ideia da transmissão de conhecimentos.

De acordo com o DCNEI como organizador e orientador do trabalho educacional na formulação de propostas para o currículo do professor, trouxe uma grande visibilidade de uma proposta inovadora, diante de um ensino que antes se preocupava em atender a criança dentro de um contexto compensatório inovando a proposta que anterior era específico do cuidar.

Com base nos critérios pensados para práticas pedagógicas, em relação aos conteúdos do RCNEI, trouxe construtos relevantes para o desenvolvimento da criança pensando esse ser de forma mais complexa. A análise do documento indica e acentua algo promissor para o desenvolvimento da criança, os saberes dos quais

os professores devem lidar com eles devem considerar os preexistentes considerando um olhar plural respeitando as diferenças.

.Conclui-se que vivenciar a prática em um estágio no componente curricular obrigatório da educação infantil do curso de pedagogia da UFPB, me ofereceu subsídios, e me despertou interesse para que eu pudesse pensar a educação infantil no cotidiano escolar, me fazendo refletir refletir sobre a profissão . Durante esse trabalho em que fiz observei que ao me inteirar sobre os documentos que rege as diretrizes para o ensino constatei que as práticas da professora deixaram a desejar quanto ao ensino e ao desenvolvimento de atividades pelo menos, não vi de fato uma aula planejada, direcionada ou pelo menos sistematizada no âmbito do desenvolvimento da identidade da criança, ainda que fosse alguma atividade voltada para os movimentos ou linguagem da criança para que pudesse analogicamente diagnosticar esse momento.

Ao verificar nos documentos sobre as políticas educacionais para o ensino da educação infantil e a prática pedagógica na qual o professor deve ter como guia para a reflexão de atuação na sala de aula, nota-se que a educação tem como propósito oferecer uma educação melhor e uma prática qualificada. Porém a política educacional instituída nos respectivos documentos não foi a mesma que estão sendo aplicada pelo menos no momento em que estive presente no estágio.

Concluimos esse trabalho de conclusão de curso com a certeza de que muito ainda precisa ser dito e aplicado muita coisa acerca da profissionalização docente e que esse estudo precisa ser aprofundado em outros níveis , uma vez que o processo é um estudo e uma prática continua.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil de 1998**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. MEC/ SEB. 2006. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol.1,2.**

BRASIL, CNE/CEB. 1998. Parecer nº 022/98, de 17 de dezembro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. BRASIL, CNE/CP** Altera a Resolução CNE/CP nº, de 17/11/2005, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

BRASIL. Lei Federal 11.114 de 2005. Modifica o **art. 6º da LDB** incluindo a criança de seis anos de idade, no ensino fundamental.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 1.2 3.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 15. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. (primeira edição em 1996).

BRASIL. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3.

GUARNIERI, Maria Regina (org.). **Aprendendo a Ensinar – O Caminho Nada Suave da Docência**. 2. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.14, mai-ago, 2000.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à **Folha Dirigida**, Em outubro de 2007, à Ana Paula Novaes.

KRAMER, Sônia **A Política do Pré- Escolar no Brasil: A arte do disfarce** Editora: Cortez. 1982

\_\_\_\_\_. **Privação Cultural e Educação Compensatória: Uma análise crítica.** Caderno de Pesquisa. São Paulo, 1982.

PERRENOUD, Philippe, **10 novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica/** Philippe Perrenoud; trad. Cláudia Schilling – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor.** In: FAZENDA, I. (Org.). *Didática e interdisciplinaridade.* Campinas-SP: Editora Papyrus, 1998.

PIMENTA, S. G. et al. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005

Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001.

ROLDÃO, M. do C. **Função docente: natureza e construção do conhecimento. Profissional.** Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007.

VYGOTSKI, L. S. *Lezioni de Psicologia.* Roma: Editore Riuniti, 1986.